

O presente e o passado como processo comunicacional

The present and the past as communicational process

■ MARTALVA CARLOS BARBOSA *

RESUMO

O artigo procura refletir sobre as razões da natureza preferencialmente *presentista* dos estudos da comunicação, ao mesmo tempo em que quer mostrar como um olhar historiográfico poderia refletir numa maior complexidade das análises do campo científico comunicacional, em função da natureza processual das reflexões históricas. Apresentando a comunicação como um lugar de saber/poder, mostra ainda a importância de se considerar a comunicação como relação. Pensar em relação talvez seja o destino científico da comunicação e não pensar o campo científico da comunicação como algo acabado em si mesmo.

Palavras-chave: Comunicação, História, Estudos de Comunicação

ABSTRACT

This paper discusses the reasons why the communication studies' nature is mainly *presentist*, and concomitantly, tries to show how a historiographical look could infer a greater complexity of the analyses for the communicational scientific field, due to the procedural nature of historical reflections. Presenting communication as a place of knowledge, yet shows the importance of considering communication as a relation. To think of relation is perhaps the scientific destiny of communication and not to see the scientific field of communication as something finished by itself.

Keywords: Communication, History, Communicational Studies

* Professora Titular de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Diretora científica da INTERCOM e Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR). Pesquisadora do CNPq. Doutora em História com pós-doutorado em Comunicação. E-mail: mcb1@terra.com.br

GOSTARIA DE COMEÇAR este artigo com uma indagação que me acompanha há décadas: por que os estudos de comunicação referem-se, sobretudo, ao presente? Por que o passado é lugar quase esquecido nas reflexões dos processos comunicacionais? Qual a razão dessa natureza presentista dos estudos e como uma visão histórica pode enriquecer o estudo de processos comunicacionais?

Responder a essas questões não é tarefa fácil, já que as razões para isso que estamos denominando *natureza presentista* dos estudos de comunicação são de múltiplas ordens e lugares: o lugar do poder, o lugar do saber e o lugar simbólico. Procuraremos, pois, definir essas ordens do discurso do campo científico da comunicação¹ num primeiro momento, para posteriormente mostrar as contribuições que uma visão histórica poderia trazer para os estudos da área.

O LUGAR DO PODER E DO SABER

A definição do que cada lugar reflexivo deve englobar não é construída, exclusivamente, por um campo de saber. Há um jogo de forças que hierarquiza saberes, que divide lugares de conhecimento, deixando universos reflexivos inteiros como espécies de mundo natural de determinadas disciplinas. Isso mesmo quando repetimos à exaustão que devemos pensar multidisciplinarmente ou transdisciplinarmente como conceitua Morin (1996). Mas muitas vezes, essas palavras funcionam mais como jogo retórico de divisão de competências do que, de fato, ações teórico-reflexivas.

Assim, há certa naturalização de que o passado é um processo afeto aos estudos históricos. Ou seja, a história torna-se uma espécie de dona incontestável dos *tempos idos*. Da mesma forma, o presente transforma-se no lugar natural da reflexão dos processos comunicacionais. É como se apenas o presente comportasse o ato comunicacional. Mas o que é objeto da reflexão da comunicação não é apenas o presente: deve ser o presente encharcado das práticas de comunicação. O que é objeto da comunicação são processos comunicacionais. E como pensar processos sem pensar em relação temporal?

É preciso perceber, também, que as correntes de ideias e de pensamento não são inerentes às disciplinas. É apenas por um poder simbólico, pela necessidade de distinções, pela construção de ordens de heréticos e ortodoxos, usando as expressões e a reflexão de Pierre Bourdieu (1989), que precisamos definir o lugar do qual estamos falando e sobre o que falamos.

É preciso também pensar, como Foucault (1996), que cada época constrói, a partir de um conjunto de práticas, um rosto histórico singular que acreditamos reconhecer e que nomeamos como ciência histórica, religião, filosofia, ciência moderna ou, atualizando ainda mais, século das práticas e processos

¹ Na frase há, de maneira evidente, referência à ideia de *ordem do discurso* de Foucault (1996) e ao conceito de *campo* de Pierre Bourdieu. Estamos considerando que um campo científico é um campo de lutas, forças, embates e conflitos que enseja múltiplas relações. No conceito de Bourdieu assume lugar a objetividade da sociedade, mas também as necessidades dos agentes e as posições que esses agentes ocupam. Campo é o espaço onde se trava uma luta concorrencial entre atores em função de interesses específicos à área em questão. O conceito permite adequar objetividade e subjetividade, já que todo ator social está em um campo socialmente determinado, ainda que Bourdieu não coloque em destaque apenas as ações pré-determinadas dos indivíduos. Dentro de um campo é possível estudar as relações existentes – sempre relações de força – bem como as estratégias usadas pelos agentes que o compõem, possibilitando sua conservação ou mudança. Sobre o conceito de campo de Bourdieu, cf. *A economia das trocas simbólicas* (1987), *O poder simbólico* (1989), *Coisas Ditas* (1990), entre outras obras.

comunicacionais. Assim, como no século XVII não havia nenhuma ciência histórica ou ciência moderna, também o que nomeamos como *pós-modernidade*, *pós-moderno*, *contemporaneidade* entre outros termos menos precisos para definir esse momento crucial de visibilidade e imediatismo, são objetivações, classificações a maioria das vezes construídas *à posteriori* para dar nexos e tentar explicar o mundo que passou ou o mundo em que estamos vivendo.

Portanto, as práticas e processos comunicacionais são definidos como o *locus* privilegiado dos estudos do campo comunicacional. Não necessariamente nessa ordem. Há aqueles que querem privilegiar os saberes ligados ao mundo profissional, definindo, por exemplo, teorias específicas para o mundo do jornalismo, enquanto outros postulam um saber mais genérico englobado sob o nome de comunicação. A luta entre os grupos nessa disputa, a rigor, por lugar de fala, é sem tréguas. E em nome da definição de nosso objeto e de nossa reflexão há uma luta concorrencial no qual serão vencedores aqueles que ocuparem os postos-chaves no comando das vozes institucionais, nas instâncias de reconhecimento, de distinção e de classificação (Bourdieu, 1989). É assim que um campo de saber se define, sobretudo, como campo de poder.

Foucault historiador, pelo método que instaurou e que denominou *arqueologia*, aconselhava desviar os olhos dos objetos para perceber as práticas, sempre datadas, que os objetivaram, num dado momento e lugar. Ao colocar em relevo as práticas, as épocas, a ação do sujeito, essencial para a ordem histórica, interpretava o mundo com um olhar histórico. A prática não é instância misteriosa, como diz Paul Veyne (1998), mas o que as pessoas, em determinadas épocas, fazem. Não é o subsolo da história, mas a sua montanha mais visível. São as nossas práticas que determinam também os objetos de saberes, que são objetos de poderes. Foucault nos convida, então, a perceber o que é praticado. E os enunciados, como este que define a comunicação como um campo de reflexão do presente, também fazem parte das práticas.

Por outro lado, os saberes classificados como científicos como tanto outros saberes num dado momento histórico constroem, pela lógica narrativa, a ideia de sucessão de tempos válidos, lineares, em que fatos se sobrepõem a outros, construindo de maneira precisa uma história. É dessa forma que o senso comum concebe a história: tributária de uma linearidade absoluta, permitindo a sucessão dos tempos. Ao passado distante e, a maioria das vezes, estranho, sucede o presente, no qual nos localizamos, e um futuro aberto às incertezas. Se a disciplina histórica se constitui e se instaura como lugar reconhecido do saber sobre o passado num longo processo desde o século XVIII, no século XX emergiu um *locus* de práticas e processos específicos, que chamamos campo comunicacional.

Essas objetivações, valendo-nos uma vez mais das categorias de Foucault (1996), instauram um discurso que constrói um lugar de conhecimento, dando a ele coerência ao longo do tempo. Nessa história linear e orientada em direção a um futuro infinito, há momentos singulares, rupturas fundamentais, marcas emblemáticas, que objetivam em categorias aquele saber: surgimento de uma nova *escola teórica*, comemoração de uma data singular; institucionalização das instâncias de reconhecimento e de formação, entre múltiplos processos. Há que construir um campo singular, diferente de todos os outros, com suas teorias, especificidades, universo conceitual claramente delimitado e, sobretudo, com sua própria história: a história, por exemplo, de suas teorias. Objetivações de uma prática que se constitui, assim, como construção de um campo de conhecimento a ser reconhecido também por possuir trajetória própria.

Portanto, é também por se definir como um lugar num campo de lutas e de forças concorrenciais, no sentido explicitado por Bourdieu (1989), que a comunicação deve precisar claramente sobre o que fala e de como fala desse objeto. E, nesse sentido, não convém englobar o passado, já que este é quase que uma espécie de reserva de domínio da história. Todo o resto, ou seja, todo o presente, sempre envolto em práticas comunicacionais é, portanto, quase que o objeto evidente do saber/poder da comunicação.

Dessa forma, surgem também conflitos, que num primeiro momento foram qualificados como empréstimos voluntários de saberes múltiplos ao campo da comunicação. Assim, a sociologia, a teoria literária e tantos outros saberes emprestavam quase que naturalmente seus postulados teóricos a uma disciplina que se definia por ser recente. Mas o tempo passou e outras posições se fizeram necessárias.

UM LUGAR SIMBÓLICO

Definir como sendo objeto da reflexão do chamado campo comunicacional as mais importantes práticas do presente, no qual se sobressaem por todos os poros visíveis ou invisíveis as ações cotidianas de um mundo comunicacional, dá à comunicação um reconhecimento e uma visibilidade inauditos.

Um mundo no qual a informação transfigura o cotidiano, no qual os processos tecnológicos são meios e fins da comunicação: temos que admitir que o XXI é o século da Comunicação, como o XIX e o XX foram os da História. Portanto, temos que ter lucidez suficiente, para, aparando as nossas próprias limitações, perceber as lutas do campo para construir um saber validado e reconhecido e, sobretudo, que responda às demandas decorrentes do fato de vivermos um cotidiano, no qual práticas, processos, tecnologias, visibilidades, imagens e imaginários fazem parte de um mundo comunicacional.

Mas, mesmo assim, não devemos assumir apenas que o presente é o lugar da comunicação. Nada começa hoje. A mesma lógica processual que governa a reflexão em torno das práticas comunicacionais governa também o olhar histórico. O momento atual é resultado de um jogo acumulativo dos processos que começaram muito antes de nós.

Por outro lado, também não é um contexto fora das práticas comunicacionais que explica o mundo histórico. A história nada mais é do que atos comunicacionais de homens de outrora (Barbosa, 2009). E só porque são um ato comunicacional é que esses restos, rastros e vestígios puderam chegar ao presente. O passado só se deixa ver sob a forma de processos comunicacionais duradouros.

Portanto, pensar em comunicação não é apenas pensar um ato que deixa à mostra o diálogo. Pensar a comunicação é pensar a construção de espaços comuns. É nesse sentido que a sua reflexão teórico-conceitual não deve se direcionar apenas para formatos ou para processos comunicacionais desenvolvidos na cena dos meios de comunicação mais evidentes. Há que também considerar não ser possível fazer tábula rasa dos conhecimentos anteriores, como se as reflexões de hoje fossem fundadoras de um *grau zero de nossa escrita*, nos apropriando aqui da expressão que deu nome ao livro de Barthes (2006). Outros produziram saberes que devem ser considerados e reconhecidos.

Mas qual é, de fato, o universo sobre o qual nos debruçamos? E, finalmente, como o passado pode ser objeto de estudos num campo tão presentista como o da comunicação? São essas duas perguntas que tentaremos responder a partir de agora.

UNIVERSO COMUNICACIONAL

Tal como fez Paul Ricoeur (1997), há que considerar o ato comunicacional como um enigma e um milagre. Um enigma porque pela linguagem se consegue transmitir a experiência para outro, que a compreenderá ou não. Vivida, a experiência é a minha experiência. Comunicada, a minha experiência torna-se algo compartilhado. É assim que a comunicação é uma espécie de milagre: por meio dela se consegue superar a solidão de cada ser humano.

Assim, a questão da referência torna-se aspecto fundamental para a comunicação. A linguagem transcende a si mesma e se refere a um mundo que se apresenta como perceptível pelo ato de dizer. Trazemos para o mundo a linguagem e não a experiência, mas comunicamos o sentido da experiência e da linguagem. É também nesse sentido que a comunicação é um enigma.

É claro que, para haver a transcendência da linguagem em relação à referência, é preciso compartilhar um mundo comum, presumir a existência de coisas semelhantes que identificamos (por um processo de significação compartilhada

culturalmente ou, se quisermos empregar a noção de Clifford Geertz [1989], por um sistema cultural). Há que haver universalidade dos sentidos.

Mas a linguagem, ao se transformar pelos múltiplos processos comunicacionais, não é apenas mera inscrição: passa a ser significado, no qual estão imersos o sentido e a referência, ou seja, o caráter dialógico do discurso, que torna possível a sua interpretação. Mas a interpretação é feita na ausência e não na presença. Em todo ato comunicacional há sempre múltiplas vozes autorais e a inscrição de múltiplos autores: todos aqueles que irão se apropriar do mundo que está sempre contido no texto. Assim, compreender não é repetir o evento do discurso, mas gerar um novo acontecimento, que começa exatamente no texto em que esse evento inicialmente se objetivou.

A questão comunicacional está, portanto, diretamente relacionada ao *logos* e à forma como foi sendo representado. Trata-se de pensar o sujeito constituindo seu conhecimento, sua opinião, sua razão crítica no próprio corpo (pela fala) ou através do que se situa fora de seu corpo (escrita, num primeiro momento), num processo que se tornou cada vez mais complexo ao longo da história. Trata-se de pensar como o ato enunciativo é constitutivo do sujeito. De como as ideias foram moldando os jogos argumentativos, as possibilidades descritivas e a complexidade da representação na própria lógica reprodutora da linguagem.

A ação humana, pensada historicamente, permite recuperar os processos de criação de próteses tecnológicas exteriores que vieram a se somar à tecnologia do corpo que é a palavra. A história da comunicação é, neste sentido, uma história de criação de possibilidades tecnológicas para tornar mais eficiente o ato de comunicar. As tecnologias permitem a multiplicação das possibilidades da comunicação, mas, sobretudo, modificam a dimensão espaço-temporal na qual estamos imersos.

Se num primeiro momento a escrita liberta a memória e os jogos memoráveis da tecnologia da fala, num segundo instante, outras tecnologias se somaram àquela primeira expandindo o espaço-tempo. Num jogo de libertações, novas próteses possibilitam a multiplicação dos atos memoráveis, fazendo com que a memória seja algo mais do que a possibilidade de armazenar informações na mente humana: a memória se transforma em documento.

A comunicação, portanto, não se define pela constituição de um saber a partir de objetos evidentes (os meios). A comunicação são os meios e as mediações, como definia Jesús Martín-Barbero já nos idos de 1980. Comunicação é a relação da *práxis* (sujeito/sujeito) com a *techné* (sujeito/objeto), o caminho teórico da comunicação é a relação pragmática e *techné*, refletindo-se também em análises sobre relações subjetivas e pragmáticas em torno do processo enunciativo e de produção de sentido.

Nesse sentido, o tema da Razão é extremamente importante. Considerando-se que a Razão é produto dos argumentos construídos nas trocas humanas, a linguagem constitui seu elemento fundador e a Razão se realiza nos processos comunicacionais. A Razão é, nesse sentido, comunicação; não está em nós, mas entre nós (nas trocas humanas), no estímulo incessante ao diálogo ou à disputa, está nos argumentos que se ajustam ou que se confrontam. Assim, talvez seja mais eficiente pensar a comunicação em relações intersubjetivas que inauguram o pensamento crítico sobre a ação mais essencial do homem. Pensar em relação talvez seja o destino científico da comunicação e não pensar o campo científico da comunicação como algo acabado em si mesmo.

E pensar em relação é se referir obrigatoriamente à questão da narrativa. Se considerarmos que narrativa é a forma como nos consideramos na duração, ou seja, a maneira como enquanto ser nos relacionamos com a relação temporal (passado, presente e futuro), o ato humano na sua dimensão histórica é essencialmente narrativo (passado, como memória; presente como ação e futuro como projeto ou espera).

O afastamento das teorias da comunicação das teorias dos atos do discurso articuladas com uma análise do *ethos* moral (tal como faz Ricoeur), colocando em primazia a estima de si, a solicitude e as instituições justas, produziu um movimento praticamente uniforme no século XX, qual seja, a aproximação de teorias que negam o valor metafísico da reflexão comunicacional.

A introdução da questão tecnológica, como lugar privilegiado da análise, em função mesmo da emergência da discussão em torno de novos processos comunicacionais, por outro lado, colocou nos últimos anos o primado da discussão metafísica no centro da questão. Pensar a dimensão tecnológica é pensar em séculos de transformação do lugar do indivíduo e de seu corpo que passam a ser constituídos num outro, sempre produto da sua ação (a escrita, os meios eletroeletrônicos, a informática, e assim por diante), valorizando-se os apêndices tecnológicos como essenciais para o processo comunicacional.

Gostaria de introduzir aqui outra discussão: pensar a comunicação como conversação, no sentido amplo do termo, isto é, em termos de trocas do si e do outro, do si e do mundo, num processo hermenêutico de produção do conhecimento a partir dos lugares intercambiáveis do mundo. Um mundo que é texto, que se faz texto, que volta a ser texto (Ricoeur, 1997). Rearticular a teoria dos atos do discurso com a análise do *ethos* moral não daria à comunicação uma dimensão político-filosófica indispensável?

Não se trata de apenas inserir a lógica da pragmática da comunicação em seus dois planos possíveis: num primeiro, sujeitos comuns que falam e o contexto de interlocução como lugar decisivo da compreensão; num segundo,

visualizar a situação de comunicação em toda a sua complexidade, evocando o contexto de enunciação, as competências ideológicas e culturais dos interlocutores, as determinações psicológicas, os filtros de interpretação que se interpõem entre as mensagens trocadas. Trata-se de pensar a comunicação num mundo como narrativa, isto é, lugar histórico no qual está sempre presente a tentativa de explicação e compreensão dos atos comunicacionais.

O caminho é pensar a relação comunicacional, ou seja, o sujeito em relação. Enfocar os processos comunicacionais em relação é, por exemplo, refletir sobre a relação sujeito *versus* redes tecnológicas. Através da escrita, da impressão, da difusão impressa, dos meios eletroacústicos e dos meios informatizados temos a relação do homem com um mundo construído para além do ser e do conhecimento que brotava em sua mente, para brotar nas tecnologias que ele mesmo produziu (e produz). Tecnologias que alargam as suas possibilidades como ser comunicacional. Tecnologias que produzem formas através das quais desenvolvemos determinadas capacidades cognitivas. Pensando como Havelock (1981) ou Ong (1982), podemos dizer que a escrita, por exemplo, introduz a forma linear de visualizar o mundo: um modo cognitivo que se constitui pela linearidade do pensamento. A virada de página, a continuidade, argumento, linha por linha, parágrafo por parágrafo, trecho por trecho, induz à formulação de um pensamento cujo primado é a linearidade. O pensamento circular, necessário às práticas mnemônicas de um mundo sem escrita, foi substituído pelo pensamento linear introduzido pelas práticas da escritura. A impressão inaugura outro momento cognitivo, e as tecnologias eletrônicas e de informática, outros.

O mundo teórico da comunicação diz respeito, portanto, a uma relação fundamental: a esfera das ideias em relação com a mídia e com a chamada biosfera, ou seja, o mundo no qual esse ser humano vive em relação e no qual as suas ideias se constituem em relação. O mundo teórico da comunicação diz respeito às performances comunicacionais, de um sujeito a outro, mas também de redes de sujeitos, a interfaces entre o mundo e os sujeitos. Trata-se do sujeito na relação virtual e do tema da sedução dos sujeitos, partindo do pressuposto que o sujeito isolado só existe na ficção. O mundo comunicacional é o mundo teórico das relações.

E O PASSADO COMO PROCESSO COMUNICACIONAL?

Gostaria de terminar essa reflexão enfatizando que nessa forma de pensar a comunicação – como relação – há que obrigatoriamente inserir o passado. Os atos comunicacionais duradouros dos homens do passado chegam até o presente e deles a história se apropria. É nesse sentido também que enfatizamos ser a história comunicação (Barbosa, 2009).

Pensar historicamente, por outro lado, permite o enriquecimento da reflexão sobre o universo comunicacional. Evidentemente não estamos nos referindo à história como disciplina, mas a um olhar historiográfico, a uma maneira filosófica de sentir o mundo como universo histórico: isto é, perceber as relações temporais, a forma como nos apropriamos e nos inserimos no tempo, ou seja, qual é a lógica temporal do mundo em que habitamos.

Pensar historicamente é colocar em destaque a visão processual do mundo e as práticas e processos comunicacionais como próprios de um momento e lugar. As generalizações, em história, só são possíveis depois dos particularismos. E na comunicação somos mestres em generalizações sem as particularizações necessárias. O nosso universo global faz muitas vezes o nosso olhar global ser, sobretudo, descontextualizado.

A história, portanto, é a forma como nos sentimos na duração, como nos visualizamos como seres, ao longo de uma trajetória, que classificamos como existência num espaço (que, por vezes, denominamos mundo). A história é a nossa relação silenciosa ou ruidosa com o tempo: o presente, o passado e o futuro. A história é o fato de estarmos no mundo.

Do presente, do nosso agora sempre transitório, olhamos o passado e projetamos o futuro. Mas o passado só existe como representação mental a partir do olhar individual daquele que o descortina. Portanto, o passado não é fixo: é materializado pelas recordações e sempre transformado pela interpretação. Assim, como o passado não é fixo, também o presente não é apenas um instante pontual. O presente indica o que vivemos, mas também as lembranças que o passado proporciona. Essas lembranças existem sempre no presente, construindo-o pelo entrelaçamento do mesmo (as ações vividas no presente) e do outro (as lembranças que tornam o passado presente). Do mesmo e do outro, também, porque sendo a vida um ato de historicidade, vivemos sempre em relação: existe um mundo habitado por seres que vivem igualmente a mesma humanidade.

Há que pensar ainda na questão do conhecimento como algo sempre relativo a um momento histórico. Em diferentes momentos, em idades anteriores, sempre houve alguma coisa que um mortal não deveria saber. Esse conhecimento podia ser considerado demoníaco ou forma de transgressão moral. Portanto, o conhecimento é um valor que possui as possibilidades das épocas históricas em que se vive. A história, como afirma Dilthey, é a autobiografia de pessoas e da humanidade. Da mesma forma que cotidianamente reescrevemos a história de nossas vidas, a humanidade reescreve novamente sua biografia (Heller, 1993: 107). Qual a razão de a comunicação ocupar o centro da arena reflexiva hoje? Devemos pensar esse aparente *sucesso* como um conhecimento que possui também as possibilidades da época histórica em que vivemos.

Se considerarmos também que a história se refere sempre ao fracasso ou ao sucesso de homens que vivem e trabalham juntos em sociedades ou nações, com pretensão ou ao verdadeiro ou ao verossímil, a história é sempre o fragmento ou o segmento do mundo da comunicação. São os atos comunicacionais dos homens do passado o que se pretende recuperar como verdade absoluta ou como algo capaz de ser acreditado como verídico. É, nesse sentido, que podemos afirmar ser a história ato comunicacional.

Finalizamos reafirmando que ainda vivemos na comunicação o dilema do tempo presente, a lógica da ideia de permanente transformação, dos meios como primados da discussão, das mediações humanas deslocadas muitas vezes do processo comunicacional. Quais são, de fato, os nossos conceitos? Como pode ser qualificado o nosso olhar: será que ainda hoje consideramos a comunicação como um fato *a priori*?

Se a resposta a essa última pergunta for afirmativa, talvez o nosso caminho teórico deva seguir outra lógica. Pensar os processos enunciativos como um problema histórico, no qual está envolvida a questão da humanidade. A comunicação é um fenômeno humano e um fenômeno da consciência. Pensar uma história dos conceitos² também na comunicação talvez nos ajude a reconstruir a semântica do termo comunicação, para, a partir daí, tentar ligar comunicação como problema histórico à questão da consciência humana. ■

2. Estamos nos referindo à proposição de Koselleck (1992) para o campo da história.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. In: *Comunicação, mídia e consumo*. Revista do Programa de Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo. São Paulo: ESPM, 2009.
- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- . *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- HAVELOCK, Eric. *The Literate Revolution in Greece and its Cultural Consequences*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1981.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 5, Nº 10 (1992), p. 134-146.
- MORIN, Edgar. A noção de sujeito. In: Schniman, Dora Fried (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Pará: Artes Médicas, 1996.

ONG, Walter J. *Orality and Literacy: The Technologizing of the Word*. Londres: Methuen, 1982.

RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. 3. Campinas: Papirus, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

Artigo recebido em 14 de fevereiro e aceito em 29 de setembro de 2011.